



## **ALTERNÂNCIA: UMA EXPERIÊNCIA NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO CAMPO LEDUCAMPO**

Célia Beatriz Piatti (1)

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, celiabp@brturbo.com.br*

**Resumo:** Este trabalho apresenta uma reflexão por meio de uma experiência em um curso de Licenciatura em Educação do Campo expressa nas visitas dos docentes, realizadas nas comunidades onde vivem e /ou trabalham os estudantes. A visita é um dos instrumentos utilizados na alternância, para acompanhamento e reconhecimento dos sujeitos e suas trajetórias. Em seus depoimentos os estudantes revelam questões singulares aliadas ao coletivo e a história de lutas e resistência que permeiam a vida de quem vive e trabalha no campo e, busca seus direitos, e um deles, de ter a escola *do* e *no* campo para garantir a educação formal às crianças e jovens. A alternância se configura como uma oportunidade de garantir esses direitos, tanto de crianças e jovens da educação básica, como de estudantes em formação na universidade, especificamente neste estudo, na licenciatura em Educação do Campo, em formação para futuros docentes. Considera-se que os tempos de alternância são tempos educativos de aprendizagem, que permitem entre outras questões a compreensão da história de sujeitos e sua luta pela educação.

Palavras – Chave: Alternância. Educação. Professores

### **INTRODUÇÃO**

Ao considerar que o campo tem a sua cultura própria e seus sujeitos têm seu jeito de viver e trabalhar e, portanto, apresentam diferentes maneiras de ser e estar nesse ambiente, a cultura manifesta-se na essência do sujeito ao compreender e atuar no espaço onde vive. Dessa forma, o campo apresenta a possibilidade de Alternância em suas escolas, ou seja, tempos alternados, tempos formativos.

É possível afirmar que há vários segmentos escolares que também organizam suas atividades alternando espaços e tempos, mas, na Alternância, esses tempos estão articulados à vida dos sujeitos na sua comunidade, no seio da família, no seu trabalho. O tempo de alternância é um tempo educativo, um tempo formador. Nesse tempo, convivem pessoas que trabalham e/ou vivem no campo. O ambiente onde estão localizadas as escolas – as residências dos estudantes – representa espaços significativos para esses sujeitos, em sua vida pessoal e profissional; são



lugares constituintes e constituidores de práticas efetivadas num contexto no qual a cultura se expressa em lutas e resistência. Portanto, ao entender a cultura, também compreendemos as relações de poder dentro de uma sociedade.

A educação do campo nasce da luta pela terra e ao mesmo tempo pela escola. Dessa forma, para Caldart (2009), há um compromisso com a cultura do povo do campo (que implica resgate, conservação, recriação), tendo como um dos eixos fundamentais:

“[...] a educação de valores que busca afirmar a educação pela memória histórica, no sentido de cada pessoa ou grupo perceberem-se como parte de um processo que se enraíza no passado e se projeta no futuro no sentido do povo ser estimulado a produzir cultura, suas representações, sua arte, sua palavra” (CALDART, 2009, p. 54).

Para a autora considerar a cultura do campo é compreender a escola como um dos espaços de produção dessa cultura, como também de memória coletiva, de identidade, de lutas, de visão mais digna do campo, superando paradigmas cujas representações são estereótipos do homem e da mulher do campo como pessoas atrasadas; e da escola como espaço inferior quando comparada à escola urbana.

Todas essas questões possibilitam indagar: O que significa compreender a cultura para refletir sobre tempos e espaços formativos? Entendemos que, ao compreender a cultura, estamos valorizando os grupos que vivem no campo, as expressões culturais por meio de seus símbolos e signos, a produção de novas culturas, a luta pela terra, pela escola, pela vida e pela dignidade de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Nessa reflexão reportamo-nos a Arroyo (2009) ao afirmar que

“[...] quando situamos a escola no horizonte dos direitos temos de lembrar que os direitos representam sujeitos – sujeitos de direitos, não direitos abstratos -, que a escola, a educação básica tem de se propor tratar o homem, a mulher, a criança, o jovem do campo como sujeitos de direitos. (ARROYO, 2009, p. 74).

Para Pires (2012), é fundamental reconhecer e conhecer, respeitar e resgatar a afirmação da diversidade sociocultural dos povos do campo. “O campo precisa ser compreendido como modo de vida sociocultural no sentido que sejam afirmadas as suas identidades, bem como as suas lutas e organizações” (PIRES, 2012, p.43).

As lutas e a resistência dos povos do campo se materializam na cultura por meio de manifestações (canções, danças, músicas, místicas, educação, conflitos entre tantas outras expressões) que proclamam a cultura como conhecimento, ideias e crenças existentes na vida social, o que possibilita a construção da história dessas populações.



Ao concebermos que a escola resulta de um tempo histórico e, portanto, é caracterizada pela organização e estrutura temporal, com premência de evocar o tempo para concretizar a sua organização quase sempre fragmentada das disciplinas, da hora-aula, do recreio, da realização das atividades compartimentadas em tempo divididos, adotamos e reproduzimos essa configuração. Logo, a nossa questão é: Que tempos são necessários a essa organização? Em que tempo considera-se o sujeito em formação? Dessa forma, ao compreendermos a Alternância como uma possibilidade de articular tempos de aprendizagem, escola, família e trabalho, outros tempos são configurados, mas que tempos são esses?

Nessa perspectiva, esse estudo apresenta uma experiência por meio de fragmentos de atividades realizadas em tempo de Alternância nas comunidades, junto aos acadêmicos de uma licenciatura em Educação do Campo.

## **A CULTURA EM TEMPOS E ESPAÇOS FORMATIVOS – ALTERNÂNCIA - QUE TEMPOS SÃO ESSES?**

Ao compreender que a cultura caracteriza a essência humana, reconhecemos que os povos do campo têm uma forma de viver e de trabalhar que representa a sua cultura. Para Santos (2006), a cultura envolve todos os aspectos de uma realidade social diz respeito a tudo aquilo que representa a vivência social de um povo ou nação. Desse modo, a cultura é parte constitutiva da natureza humana e suas características se apresentam por meio da internalização dos modos historicamente determinados e culturalmente organizados.

A cultura, nessa concepção, é algo recriado e reinterpretado pelo homem que a constitui. De acordo com Pires (2012), ao citar Arroyo, Caldart e Molina (2004), ressalta que os povos do campo têm uma raiz cultural, um jeito de viver e trabalhar diferente do mundo urbano, que inclui distintas maneiras de ver e se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação. A autora segue afirmando que “o campo precisa ser compreendido como um modo de vida sociocultural no sentido de que sejam afirmadas as suas identidades, bem como suas lutas e organização” (PIRES, 2012, p.43). Portanto, é preciso reconhecer o campo como lugar de vida e trabalho.

Assim, ao considerarmos que o sujeito é um agente ativo no contexto onde vive e trabalha e, dessa forma, interfere na cultura, pois a partir do momento que produz modifica o meio, entendemos que:



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

A cultura diz respeito à humanidade e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos [...] As variações nas formas de família, por exemplo, ou nas maneiras de habitar, de se vestir ou de distribuir os produtos para os agrupamentos humanos que as vivem são resultado de sua história. (SANTOS, 2006, p. 8).

O autor alerta para o fato de que não faz sentido considerar as culturas de maneira isolada, bem como cada uma das formas culturais diversas nelas existentes. “Elas certamente fazem parte de processos sociais mais globais”. (SANTOS, 2006, p. 19). Assim, o autor afirma que é necessário não relativizar as culturas e percebê-las de dentro para fora, pois estaríamos nos recusando a admitir os aspectos de desenvolvimento histórico e da relação entre povos e nações. Fato que implica em compreender que

[...] não há superioridade ou inferioridade de culturas ou traços culturais de modo absoluto, não há nenhuma lei natural que diga que as características de uma cultura a façam superior a outras. Existem, no entanto processos históricos que as relacionam e estabelecem marcas verdadeiras e concretas entre elas. (SANTOS, 2006, p.16).

Quando falamos em populações do campo, reportamo-nos à luta pela terra. Nessa direção, a cultura representa o desenvolvimento humano que conforme nos aponta Santos (2006) é marcado por contatos, tensões e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la. A cultura é a condição de entender a humanidade e as múltiplas formas de existência social. Nesse sentido, significa também reconhecer as manifestações e as correlações de força e de poder existentes no campo como resultantes da contradição de diferentes influências sociais.

Santos (2006, p. 9) assevera:

A riqueza das formas das culturas e suas relações falam bem de perto a cada um de nós, já que convidam a que nos vejamos como seres sociais, nos fazem pensar na natureza **dos todos sociais** de que fazemos parte, nos fazem indagar sobre as razões da realidade social de que partilhamos e das forças que as mantêm e as transformam. (Grifo nosso).

É na interação com o outro que o sujeito interioriza, aprende e interpreta os fatos do contexto em que atua, reconhece-se como produtor de conhecimento, constrói-se nas organizações sociais. Portanto, se apropria e modifica a cultura no espaço onde vive.



Podemos considerar que é preciso reconhecer o espaço onde o sujeito vive e trabalha e perfilar as diferenças existentes, as contradições, as lutas, pois são essas questões que podem transformar e formar sujeitos ativos e produtores de sua própria história, com possibilidade de transformação.

Reconhecer a cultura do campo e no campo é entender que a cultura é uma dimensão do processo social, portanto é uma construção histórica. A partir desse reconhecimento, é possível perquirir sobre os tempos e os espaços formativos.

### **METODOLOGIA – CAMINHOS DA PESQUISA EM ANÁLISE**

Compreendemos que a Alternância, enquanto proposta pedagógica e metodológica, supera a visão de um ensino cartesiano, pois compreende que a construção do conhecimento acontece em movimento dinâmico e seus instrumentos possibilitam o reconhecimento dos sujeitos em processo de construção desse conhecimento e o tempo e o espaço por eles ocupado.

Um dos instrumentos da Alternância é a visita às comunidades<sup>1</sup> onde residem e/ou trabalham os estudantes em Alternância. Nessa proposta, o processo formativo ocorre em via de muitas mãos que possibilite o diálogo entre os saberes mais acadêmicos com os saberes do campo, na busca da práxis transformadora. Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade, embora com naturezas e metodologias diferentes, são um *continuum* e convergem para a construção em movimento de processos formativos teoricamente consistentes e significativamente aplicáveis no cotidiano das escolas do campo

As visitas realizadas pelos professores da LeduCampo foram inicialmente organizadas com o objetivo de reconhecer o espaço de vida e trabalho dos estudantes matriculados no curso no ano de 2014. A importância desse reconhecimento está na possibilidade de organizar as atividades de Alternância tendo em vista programar junto aos estudantes futuras intervenções na comunidade e na escola localizada na região.

Cabe ressaltar que, durante as visitas, os professores visitantes tiveram oportunidade de adentrar as escolas, os assentamentos e algumas residências dos estudantes, na perspectiva de compreender os processos de vida e de luta existentes nesse espaço e, dessa forma, conhecer a cultura dessas comunidades.

---

<sup>1</sup> Questões fundamentadas no Projeto Pedagógico de Curso – LeduCampo - Licenciatura em Educação do Campo/UFMS.



Durante essas visitas, foi possível reconhecer que cultura refere-se a tudo que é social: “[...] podemos falar de culturas distintas, mas o sentido de cultura é o mesmo, sendo possível compreender as características de cada agrupamento, preocupando-se com a totalidade dessas características digam elas respeito às maneiras de conceber e organizar a vida social ou a seus aspectos materiais” (SANTOS, 2006, p. 24).

Na permanência nos contextos das comunidades, cabe envidar o registro de questões, alvo de nosso diário de bordo, para ilustrar as reflexões aqui apresentadas. Em uma das visitas a residência de uma estudante, reunimos- nos embaixo de uma árvore frondosa para uma roda de diálogo e também para o almoço. A fartura à mesa, a reunião das pessoas, os “causos” da região revelavam os modos de vida daquela comunidade; as histórias de pessoas, de bailes, de casamentos contavam, nas entrelinhas, as lutas pela terra e pela educação, e a possibilidade de uma vida melhor.

Momentos importantes para reconhecer os estudantes e a necessidade de garantia de uma educação que possa refletir sobre o que Arroyo (2009) nos propõe: “[...] como a escola vai trabalhar a memória, explorar a memória coletiva, recuperar o que há de mais identitário na memória coletiva? Como a escola vai trabalhar a identidade do homem e da mulher do campo? [...] A escola tem que se preocupar com o direito ao saber e ao conhecimento. A escola rural é pobre em saberes e conhecimentos. Só ler, escrever, contar, pronto? A escola tem que ser mais rica, tem que se incorporar o saber, a cultura, o conhecimento socialmente construído. (ARROYO, 2009, p. 81).

Nessa perspectiva, retomamos Caldart (2009) com a pergunta: Que saberes sociais foram construídos historicamente? A autora nos alerta a compreender que nem todos os saberes estão no saber escolar, nem tudo que está no currículo urbano é saber social, logo não tem que chegar à escola do campo, pois há muitos saberes escolares que são inúteis, alienantes, não acrescentam nada em termos de democratizar os saberes socialmente construídos.

Para responder as indagações, reportamo-nos à roda de diálogo em que a estudante revela: “[...] estar nesse curso, receber os professores aqui na minha casa não tem explicação, é sonho realizado; agora, posso colaborar com a escola, ser professora, sonho antigo”. Em outro momento a estudante afirma: “[...] aqui, na comunidade, somos todos amigos, uns ajudando os outros, em todos os momentos na saúde e também na doença. Há idosos aqui que precisam de nós, da nossa ajuda e do nosso carinho”. Esses fragmentos ilustram a cultura da região, onde as pessoas se unem na perspectiva de buscar juntas algo que as completam. É a força do coletivo que representa a identidade das populações do campo.



Em outro diálogo a estudante afirma: “[...] se não fosse o tempo comunidade, jamais teríamos condições de fazer esse curso, tão importante para pensar o campo e a escola do campo”. Conforme Fernandes (2009) esse espaço não pode ser reconhecido apenas como lugar do latifúndio, da grilagem de terras ou lugar atrasado, diferente do espaço urbano, mas como ambiente de vida, de trabalho, de condições de existência social, sobretudo de construção de educação (FERNANDES, 2009, p.137).

Ao visitar a escola localizada na região, as evidências da força do currículo urbano permeando as discussões em sala de aula e o relato de uma estudante: “Percebemos o afastamento das questões culturais, a dificuldade em articular as questões urbano e rural. A evasão constante, uma vez que os pais mudam constantemente de lugar, não se fixam nos lotes recebidos e, por isso, as crianças deixam as escolas, claro, com muitos prejuízos na aprendizagem” [...] “Não temos um material próprio, com a nossa realidade, por isso às vezes é difícil usar o livro didático”. Esse depoimento elucida as questões de adaptação do currículo escolar da escola do campo às demandas do currículo das escolas urbanas.

Para Caldart (2009) é inquestionável que as escolas do campo precisam apresentar aos seus alunos projetos educacionais que se articulem aos projetos das comunidades com o objetivo de que os conhecimentos gerados nas salas de aulas sirvam para que os alunos percebam o seu papel ativo nos projetos de transformação social.

Nessa perspectiva é necessário compreender a força que o território<sup>2</sup>, a terra, o campo têm como espaços de formação. Sem compreender as nuances desses espaços, não seremos capazes, de acordo com Arroyo (2009), de tornar a escola um lugar de formação social, política, cultural e identitária das populações do campo. Pelo mesmo viés, Caldart (2009) afirma que é necessário que a escola do campo “[...] tenha a mesma lógica do movimento social, que seja inclusiva, democrática, igualitária [...] que não aumente a exclusão dos que já estão excluídos” (CALDART, 2009, p. 86).

Ao compreender que a Alternância se caracteriza pela relação teoria e prática, tendo em vista tempos alternados – tempo universidade – tempo comunidade<sup>3</sup>- implica, portanto, a reflexão e

---

<sup>2</sup> Vargas (2006) explica que se admite território a partir de uma dimensão cultural, abordando-o como espaço dotado de identidade.

<sup>3</sup> O tempo universidade se caracteriza pelo enfoque teórico afirmando teorias que tem como premissa as temáticas relacionadas ao campo e suas históricas lutas. O Tempo-Comunidade é realizado em comunidades e em escolas do campo, com orientação e acompanhamento dos professores, utilizando os instrumentos próprios da Pedagogia da Alternância.



a ação com possibilidades de compreender o campo em suas especificidades e seus sujeitos em todas as dimensões de vida e trabalho.

Para Cavalcante (2009) a Alternância

Está para além do “vai e vem temporal” dos seus alunos. Junto com a alternância das semanas, existe uma sintonia política pautada nos princípios nobres da participação e valorização do diálogo dos saberes... não adiantaria o ir e vir, se fosse apenas um sistema de recados e transmissões de conhecimentos extensionistas. (CAVALCANTE, 2009, p. 5).

Em outro depoimento o estudante afirma: “ A licenciatura nos faz refletir sobre a nossa responsabilidade para além da sala de aula, mas para a construção da escola, da educação do campo, com ensino que faça o jovem acreditar no campo e acreditar que aqui, estudando e se aprimorando vai colaborar com esse lugar.” Nessa perspectiva, para Gimonet (2007) a sucessão de tempos – universidade e comunidade – não pode ser vista de modo ingênuo, uma vez que esse tempo alternado promove uma relação intrínseca entre a escola e o campo, tidos como espaços e tempos de aprendizagem, nos quais lógicas se complementam: escola e família, conhecimentos teóricos e cotidianos, experiências e convivências. É um novo tempo de aprendizagem, “[...] novo porque o alternante não é mais um aluno na escola que consome passivamente os saberes de um programa, mas um ator sócio-profissional que constrói sua formação”. (GIMONET, 2007, p. 99).

São inúmeras as questões para evidenciar cada vez mais a necessidade de os professores reconhecerem os acadêmicos no curso de licenciatura em Educação do Campo. As visitas surgem como forma de perscrutar caminhos que possam direcionar as discussões das licenciaturas na compreensão da Alternância como recurso que alterna tempos – universidade e comunidade – tempos de formação, de reconhecimento, de fortalecimento de culturas, aqui, de cultura das populações do campo.

## **CONSIDERAÇÕES**

Ao considerar os tempos de formação alternados nesse curso – tempos, universidade e comunidade – pretende-se refletir sobre a possibilidade de superar uma formação cartesiana e estanque na perspectiva de promover uma formação flexível, em permanente processo, adequada às necessidades instituídas no campo, sem, no entanto, perder de vista a sociedade em geral, à qual o campo também pertence.





Refletir sobre os sujeitos em formação na modalidade de Alternância, sobre seus direitos muitas vezes cerceados, sobre sua cultura e sua identidade é uma proposta engajada, pois são muitos os desafios, mas é possível e real na construção de um projeto de formação que rompe paradigmas representativos de licenciatura, de escola, de universidade de ensino e de aprendizagem.

Cabe ressaltar que o debate epistemológico e ontológico se faz presente ao refletir sobre o campo e a escola do campo, já que a incompletude do significado de tempo se faz necessária para compreensão de momentos privilegiados na construção de saberes teóricos e práticos.

Não há conclusão nesse texto, mas a certeza de que a resposta à indagação inicial “Que tempos são esses?” permanece latente, pois a Alternância é um processo e, portanto, em construção permanente. Nesse processo, a invenção e reinvenção do tempo são prementes para que o estudante, bem como os docentes das licenciaturas, reconheçam o campo como lugar de vida e trabalho, e os tempos alternados como possibilidades de protagonizarem os avanços por uma escola de qualidade atrelada ao desenvolvimento cultural, econômico e político em atendimento às demandas sociais e emergentes que brotam na terra e pela terra quando se trata de Educação do Campo.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G., CALDART, R. S., MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma educação do campo**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASIL, 1º de fevereiro de 2006. Assunto: Dias letivos para aplicação da pedagogia nos centros familiares de formação por alternância (CEFFA). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf>.

CAVALCANTE, L.O.H. Reflexões para o diálogo da Pedagogia da Alternância na formação em Pedagogia. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 19.,2009,João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2009.

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M. G., CALDART, R. S., MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma educação do campo**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. LEDUCAMPO. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Campo Grande, 2014.



**III CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia dos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes; Paris: AIMFR, 2007 (Coleção Alternativas Internacionais em Desenvolvimento, Educação, Família e Alternância).

PIRES, A.M. **Educação do campo como direito humano**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção e Educação de Direitos Humanos v.4)

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

VARGAS, I. A. et al. **Educação Ambiental: gotas de saber: reflexão e prática**. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2006.